

Caderno de Negociação



Número 87 - Março de 2025

GREVES

Local de trabalho e condições de segurança lideram pauta, quando o assunto é saúde e segurança

Segundo dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE, reivindicações ligadas às questões de saúde e segurança estiveram presentes na pauta de 130 greves em 2024.

A frequência desses itens nas reivindicações varia de acordo com a categoria: os servidores públicos foram responsáveis por 51%; os trabalhadores das empresas privadas, por 42%; e os das empresas estatais, por 7,7%.

Entre os servidores públicos, uma única reivindicação está presente em mais de quatro quintos (82%) das 54 greves com reivindicações sobre saúde e segurança: adequação do local de trabalho. Profissionais de educação e saúde seguem exigindo reparos e reformas em escolas e unidades de saúde. O reconhecimento do caráter insalubre de determinadas atividades, com o pagamento do adicional devido, vem em um distante segundo lugar (15% das greves).

Nas empresas privadas, além das questões relativas às condições de segurança (41%), as referentes ao local de trabalho (39%) têm participação quase igual na pauta grevista sobre saúde e segurança. Surgem ainda, com menos frequência, demandas pela realização de manutenção das máquinas (24%), fornecimento de EPIs (17%) e pagamento do adicional de insalubridade (17%).

Nas estatais, a adequação do local de trabalho também aparece em 80% das 10 greves com reivindicações de saúde e segurança. Em metade delas (50%), as condições de segurança é que são questionadas.

Principais reivindicações por saúde e segurança nas greves - Brasil, 2024

Serviço público		
Local de trabalho	54	81,8
Insalubridade	10	15,2
Condições de segurança	5	7,6
EPI - Equipamento de Proteção Individual	5	7,6
Periculosidade	5	7,6
Órgão de seguridade	3	4,5
Manutenção de maquinário	2	3,0
Uniforme	2	3,0
Comissão de saúde	1	1,5
Total	66	100

Empresas privadas		
Condições de segurança	22	40,7
Local de trabalho	21	38,9
Manutenção de maquinário	13	24,1
EPI - Equipamento de Proteção Individual	9	16,7
Insalubridade	9	16,7
Periculosidade	4	7,4
Uniforme	4	7,4
Cipa	2	3,7
Condições de higiene	2	3,7
Profissional de saúde/segurança	1	1,9
Total	54	100

Empresas Estatais		
Local de trabalho	8	80
Condições de segurança	5	50
Insalubridade	2	20
Total	10	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)
Elaboração DIEESE



NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Fevereiro: cerca de 87% dos reajustes têm ganhos reais

Cerca de 87,4% das 127 negociações de categorias com data-base em fevereiro, registradas no Mediador até 11/03, conquistaram aumentos nos salários acima da variação do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Outras 7,1% obtiveram resultados iguais à inflação e as demais

5,5% ficaram abaixo dela.

Em relação às 12 categorias selecionadas para análise neste Caderno, destacam-se as negociações realizadas por trabalhadores e trabalhadoras nos transportes e na construção e mobiliário. Desempenhos menos satisfatórios foram observados nas categorias de profissionais liberais e do processamento de dados.

Em relação aos pisos salariais, o maior valor médio pertence aos profissionais liberais (R\$ 3.419); e o menor, aos trabalhadores e trabalhadoras em serviços do turismo e hospitalidade (R\$ 1.635).

Distribuição dos reajustes salariais em relação à variação do INPC-IBGE e variação real média dos reajustes, por data-base - Brasil, últimas 12 datas-bases

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Mar/24	86,1%	10,2%	3,7%	1,10%	2.729
Abr/24	76,1%	19,8%	4,1%	1,21%	1.004
Mai/24	88,6%	9,6%	1,8%	1,54%	7.383
Jun/24	86,7%	10,9%	2,4%	1,31%	1.669
Jul/24	75,4%	18,4%	6,2%	1,06%	1.168
Ago/24	77,3%	15,1%	7,6%	0,83%	842
Set/24	81,8%	15,1%	3,1%	1,11%	1.588
Out/24	78,1%	14,6%	7,3%	0,98%	912
Nov/24	78,4%	15,3%	6,3%	0,64%	1.203
Dez/24	79,6%	15,0%	5,4%	0,67%	167
Jan/25	83,5%	11,1%	5,4%	1,31%	1.059
Fev/25	87,4%	7,1%	5,5%	1,87%	127
Total 12 meses	84,2%	12,2%	3,6%	1,25%	19.851
Total 2025	83,9%	10,7%	5,4%	1,37%	1.186

Fonte: MTE. Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 11/03/2025

Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Alimentação	R\$ 1.747	1.689
Comerciários	R\$ 1.651	1.968
Construção e mobiliário	R\$ 1.825	1.838
Educação privada	R\$ 1.746	169
Metalúrgicos	R\$ 1.850	1.210
Processamento de dados	R\$ 1.643	61
Profissionais liberais	R\$ 3.419	311
Rurais	R\$ 1.691	892
Saúde privada	R\$ 1.648	707
Transportes	R\$ 1.870	3.974
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.635	1.869
Urbana	R\$ 1.834	154

Fonte: MTE. Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 11/03/2025

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

ALIMENTAÇÃO	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	EDUCAÇÃO PRIVADA
Acima 85,90%	Acima 87,20%	Acima 91,50%	Acima 69,20%
Igual 11,20%	Igual 11,20%	Igual 5,60%	Igual 26,00%
Abaixo 2,90%	Abaixo 1,60%	Abaixo 2,90%	Abaixo 4,80%
Variação média real 1,16%	Variação média real 0,88%	Variação média real 1,52%	Variação média real 0,66%
Total (nº de reajustes) 1.666	Total (nº de reajustes) 2.018	Total (nº de reajustes) 1.904	Total (nº de reajustes) 315
METALÚRGICOS	PROCESSAMENTO DE DADOS	PROFISSIONAIS LIBERAIS	RURAIS
Acima 84,10%	Acima 58,90%	Acima 48,80%	Acima 86,70%
Igual 13,90%	Igual 31,50%	Igual 39,60%	Igual 8,30%
Abaixo 2,00%	Abaixo 9,60%	Abaixo 11,60%	Abaixo 5,00%
Variação média real 1,31%	Variação média real 0,56%	Variação média real 0,59%	Variação média real 1,23%
Total (nº de reajustes) 1.294	Total (nº de reajustes) 73	Total (nº de reajustes) 361	Total (nº de reajustes) 774
SAÚDE PRIVADA	TRANSPORTES	TURISMO E HOSPITALIDADE	URBANITÁRIOS
Acima 72,90%	Acima 92,40%	Acima 89,10%	Acima 61,80%
Igual 17,40%	Igual 5,00%	Igual 7,90%	Igual 36,20%
Abaixo 9,70%	Abaixo 2,60%	Abaixo 3,00%	Abaixo 1,90%
Variação média real 1,43%	Variação média real 1,65%	Variação média real 1,51%	Variação média real 0,64%
Total (nº de reajustes) 735	Total (nº de reajustes) 3.606	Total (nº de reajustes) 1.936	Total (nº de reajustes) 207

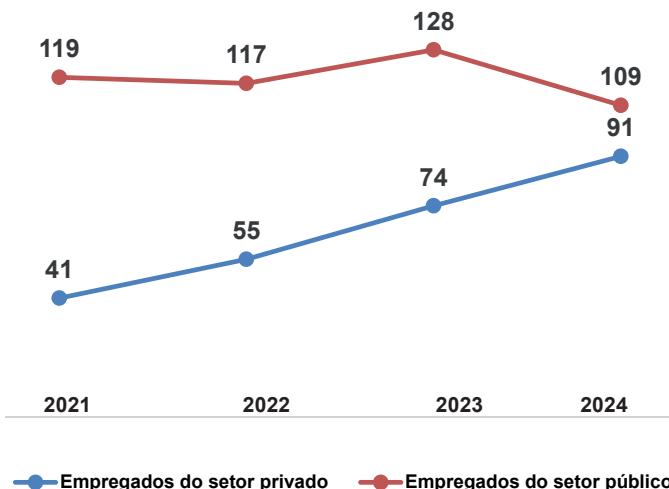
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 11/03/2025

MERCADO DE TRABALHO

Saneamento: emprego público cai e setor privado dobra em três anos

Entre o 4º trimestre de 2021 e o 4º trimestre de 2024, foram criados 40 mil postos de trabalho para empregados na área de saneamento (água e esgoto), aumento de 25%. Esse crescimento ocorreu devido à

Número de empregados no saneamento, no setor privado e público (em 1.000 pessoas) - Brasil - 4T2021 a 4T2024



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

abertura de 50 mil vagas no setor privado. Já entre os empregados do setor público, houve queda de 10 mil ocupações no segmento.

Quase metade (48%) dos ocupados do saneamento está no Sudeste, mas, entre o 4º trimestre de 2023 e o de 2024, o aumento percentual maior foi observado no Centro-Oeste (+22%) e no Norte (18%) do país. Na região Sul, nesse mesmo período, houve queda de 21% no número de empregados do setor.

Número de empregados no saneamento, por região
Brasil - 4º trimestre de 2024 - Setor privado e público

Região	Em 1.000	Distribuição	Variação 2023/2024
Norte	18	9%	18%
Nordeste	47	23%	-3%
Sudeste	96	48%	-1%
Sul	23	11%	-21%
Centro-Oeste	17	9%	22%
Brasil	200	100%	-1%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

SETOR PÚBLICO

Investimento em Educação: entre obrigação e prioridade

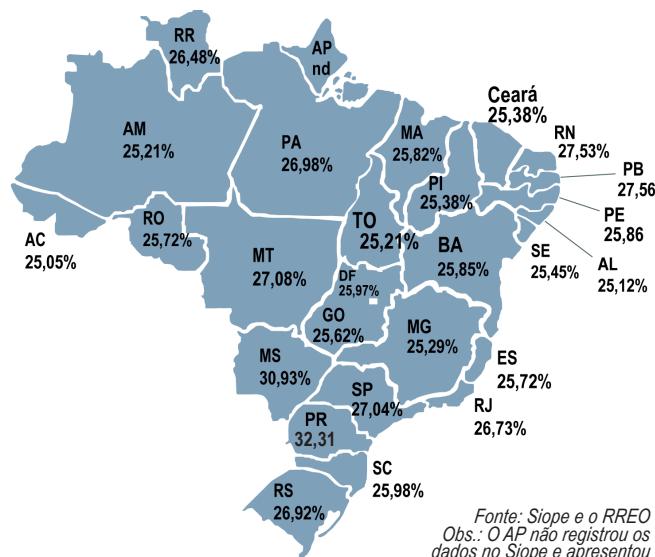
O compromisso dos estados brasileiros com a educação pública é um desafio. Embora a Constituição Federal exija que pelo menos 25% da arrecadação seja investida na área e algumas Constituições estaduais estabeleçam percentuais superiores, muitos governos aplicam apenas o mínimo necessário, enquanto parecem investir mais.

Em 2024, 16 estados destinaram pouco menos de 1 ponto percentual do mínimo exigido. Outros oito investiram entre 26% e 28%, ou seja, no máximo 3 pontos percentuais a mais do que o obrigatório. Apesar de atenderem à legislação, esse nível de investimento tende a refletir mais uma obrigação fiscal do que uma estratégia efetiva para o desenvolvimento educacional.

Em alguns casos, despesas que não são classificadas como investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme a legislação vigente, são consideradas como tais para atingir o percentual mínimo. Esse artifício demonstra um esforço tímido para aprimorar a qualidade educacional. Outra questão é a inclusão de gastos com a mercantilização do ensino, o que significa que um estado pode apresentar um

percentual elevado de investimento, mas direcionando a parcerias privadas que nem sempre garantem melhor qualidade e podem até comprometer o processo pedagógico de ensino-aprendizagem.

Percentual de Aplicação em MDE sobre a Receita Líquida de Impostos



Fonte: Slope e o RREO
Obs.: O AP não registrou os dados no Slope e apresentou percentual inconsistente no RREO

DIREITOS

Saúde mental

O aumento dos casos de esgotamento profissional (Síndrome de Burnout) tem chamado a atenção para a saúde mental dos trabalhadores. O adoecimento mental está relacionado a diversos fatores, como o aumento na intensidade e no ritmo de trabalho, longas jornadas, pressão por resultados e introdução de novas tecnologias.

Serão apresentadas a seguir cláusulas negociadas em acordos e convenções coletivas que buscam formas de prevenir e informar sobre o problema.

POLÍTICA DE SAÚDE

A Companhia efetuará melhorias contínuas à atual política de saúde, prosseguindo na priorização das ações preventivas, aperfeiçoando as ações corretivas e buscando ciclos de melhoria na assistência aos empregados.

1º - A Companhia se compromete a estruturar Programa de Saúde Mental, com foco em ações individuais, coletivas e no ambiente de trabalho, como ação de saúde integral para a melhoria das condições de saúde dos empregados, em atendimento aos requisitos legais.

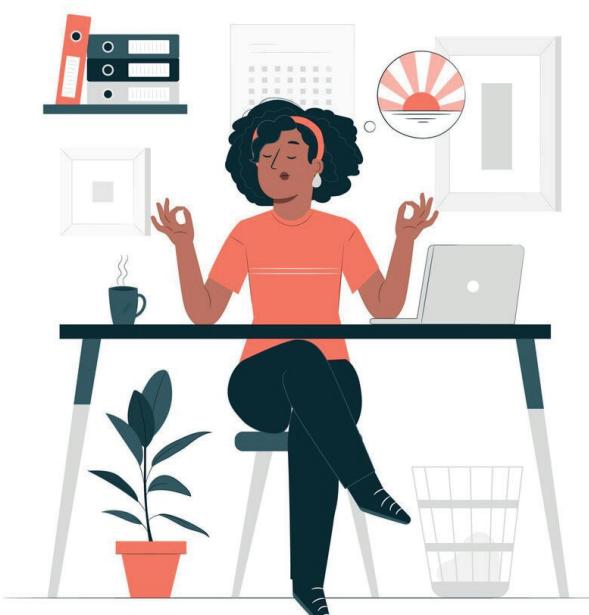
2º - A Companhia realizará melhorias contínuas no Programa Corporativo de Ergonomia, com ênfase na ergonomia de concepção e correção, a fim de preservar a saúde dos empregados.

3º - A Companhia garantirá a avaliação e o acompanhamento de todos os empregados envolvidos em emergência, feitos por uma equipe multidisciplinar

da área de saúde.

DIREITO À DESCONEXÃO

A Empresa deve garantir ao colaborador o direito à desconexão, compatibilizando o exercício das atividades profissionais com os intervalos para refeição e os demais períodos de descanso, assegurando assim lazer, vida social, familiar e privada, bem como garantindo a saúde física e mental do trabalhador.



TEMA DA SIPAT

Acordam as empresas que a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat) inclua, como temas necessários, a Síndrome de Burnout (Síndrome do Esgotamento Profissional), a depressão, o estresse, a ansiedade e o assédio moral.

COMUNICAÇÕES DE ACIDENTE DE TRABALHO

A Empresa encaminhará ao INSS a CAT dos empregados com nexo causal de Lesões por Esforços Repetitivos (LER),

Síndrome de Burnout ou doenças nos olhos, causadas pelo terminal de vídeo, devidamente diagnosticadas pelo Serviço Médico Ocupacional ou Médico Assistente.

§1º - Conforme previsto no Artigo 22, § 2º, da Lei 8213/91, quando o empregador não emitir a CAT, o Sindicato a emitirá, encaminhando-a ao INSS.

§2º - Comprovada a ocorrência dessas doenças no empregado, a empresa fará a readaptação funcional para atividades que não comprometam.

NEGOCIANDO
O DIEESE NA PALMA DA SUA MÃO

Disponível para iOS e Android



PREÇOS

Valor da cesta básica de alimentos aumenta em 14 capitais

Em fevereiro, o custo da cesta básica aumentou em 14 das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As maiores altas ocorreram em Recife (4,44%), João Pessoa (2,55%), Natal (2,28%) e Brasília (2,15%). Já as reduções aconteceram em Goiânia (-2,32%), Florianópolis (-0,13%) e Porto Alegre (-0,12%).

Café em pó – O preço subiu em todas as cidades pesquisadas. Os baixos estoques, com a menor produção de café no Brasil e no Vietnã, e a demanda internacional pressionaram os preços.

Tomate – Houve alta em 15 capitais. O maior volume de chuvas e a menor oferta nas regiões produtoras de verão reduziram a oferta e a qualidade do fruto.

Carne bovina de primeira – Ficou mais cara em 11 capitais. De um lado, a maior oferta de vacas para abate

e a pressão dos frigoríficos diminuem os preços, mas, por outro, cresceu o volume de carne exportado.

Óleo de soja – O preço diminuiu em 16 capitais. O avanço da colheita da safra 2024/2025 resultou em queda na cotação da soja e derivados.

Feijão – O custo diminuiu em 16 capitais, do tipo carioquinha e preto. A menor demanda e o avanço da colheita explicaram os resultados no varejo.

Batata – O preço caiu em sete das 10 cidades do Centro-Sul, onde ela é pesquisada. A oferta aumentou, com a colheita, mas, em várias cidades, as chuvas reduziram a qualidade do tubérculo e os preços subiram.

Arroz agulhinha – O preço diminuiu em 13 cidades, por causa da nova safra, da necessidade de liquidação de estoques e da ausência de compradores.

Em 12 meses, 14 capitais tiveram alta, com variações entre 1,87%, em Vitória, e 13,22%, em Fortaleza. As quedas ocorreram em Porto Alegre (-3,40%), Rio de Janeiro (-2,15%) e Belo Horizonte (-0,20%).

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – fevereiro de 2025

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
São Paulo	860,53	1,02	6,45
Rio de Janeiro	814,90	1,50	-2,15
Florianópolis	807,71	-0,13	3,11
Campo Grande	773,95	1,27	3,44
Brasília	772,30	2,15	4,10
Porto Alegre	769,74	-0,12	-3,40
Curitiba	745,88	0,29	1,97
Vitória	745,49	1,38	1,87
Goiânia	739,34	-2,32	4,45
Belo Horizonte	726,01	1,18	-0,20
Fortaleza	710,66	1,46	13,22
Belém	700,06	0,32	5,25
Natal	648,58	2,28	11,96
João Pessoa	634,41	2,55	12,38
Salvador	628,80	1,38	4,05
Recife	625,33	4,44	11,73
Aracaju	580,45	1,58	8,62

Fonte: CONAB/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Obs.: A Companhia Nacional de Abastecimento e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos firmaram parceria para acompanhamento dos preços da cesta básica de alimentos, como contribuição à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e à Política Nacional de Abastecimento Alimentar, a partir de janeiro de 2025.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - mar/24 a fev/25

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	4,87
- Alimentação e bebidas	6,83
- Alimentação no domicílio	6,88
- Alimentação fora do domicílio	6,65

Fonte: IBGE

Índices de inflação - IBGE

Índices de inflação	Fevereiro de 2025 (%)	Mar/24 a Fev/25 (%)	Projeção de inflação		
			abr/24 a mar/25	mai/24 a abr/25	jun/24 a mai/25
INPC-IBGE	1,48	4,87	5,47	5,77	5,78
IPCA-IBGE	1,31	5,06	5,49	5,60	5,51

Fonte: IBGE e BC. A projeção de inflação realizada em 21/03/2025, para março, ficou em 0,57%; para abril, em 0,48%; e em maio, em 0,38%.

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)

Município de São Paulo, fevereiro de 2025

Fevereiro Variação 12 meses (mar/24 a fev/25)

Mensal	Geral	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
0,49%	4,09%	4,04%	4,40%	4,00%

Fonte: DIEESE

Obs.: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.538,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.699,00); e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 30.588,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de janeiro de 2025.

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial – (fevereiro de 2025)

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 7.229,32
Salário Mínimo	R\$ 1.518,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,76

Fonte: CONAB/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica